



Escola de Direito Coletivo

**PÓS-
GRADUAÇÃO
ON-LINE EM _____**

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

Guia do Curso

ESCOLA DE DIREITO COLETIVO

A Escola de Direito Coletivo é a primeira instituição de ensino do país especializada em Interesses Difusos e Coletivos. Criada com o objetivo de inovar o que o mercado conhece em ensino on-line nessa temática, a Escola de Direito Coletivo oferece ensino e pesquisa de excelência por meio de cursos de especialização e de extensão.

Confira alguns dos diferenciais da Escola de Direito Coletivo:

- **Melhor corpo docente do mercado:** você terá aulas com as maiores autoridades do Brasil na disciplina Interesses Difusos e Coletivos.
- **Aplicativo personalizado:** você pode fazer o download do aplicativo da Escola de Direito Coletivo na *App Store* ou no *Google Play*. Com essa ferramenta, além de poder assistir ao conteúdo do curso quando e onde quiser, você poderá baixar os vídeos das aulas e continuar assistindo, mesmo off-line. Estude no seu tempo e de acordo com a sua rotina.
- **Aprendizagem baseada em problemas:** aprenda a partir de problemas e casos jurídicos reais com professores com ampla experiência prática profissional.
- **Conteúdo sempre atualizado:** você tem acesso a um conteúdo sempre atualizado, com garantia de acesso às principais mudanças legislativas e jurisprudenciais durante toda a extensão do curso.
- **Conteúdo programático:** o programa do curso compreende os temas mais atuais e relevantes da tutela dos interesses difusos e coletivos, tanto no plano do direito material como no plano do direito processual, em sintonia com as jurisprudências dos tribunais superiores e com os editais dos concursos das principais carreiras jurídicas do país.



Faça parte de nossa comunidade e venha estudar na
Escola de Direito Coletivo!

MATRICULE-SE



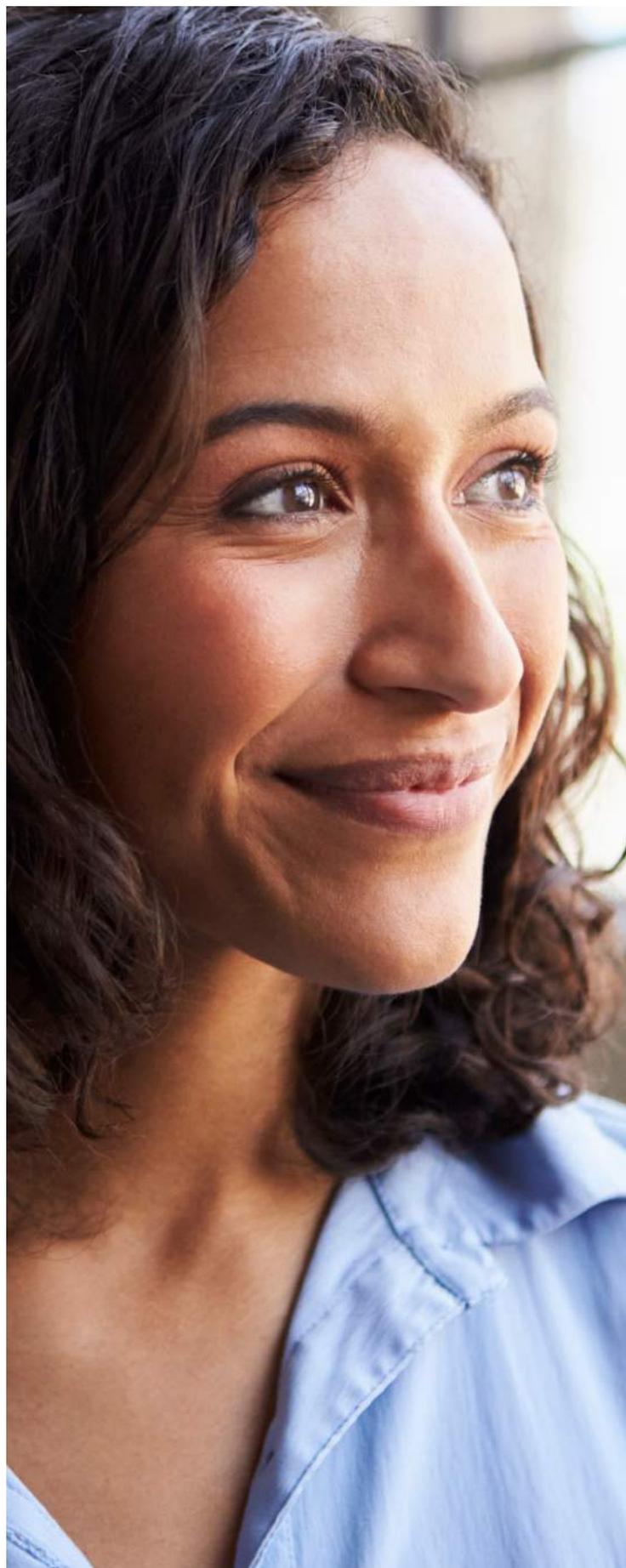
O QUE VOCÊ VAI APRENDER?

Você será capacitado para enfrentar os desafios impostos à prática profissional jurídica voltada à solução dos conflitos envolvendo interesses difusos e coletivos. No curso, serão debatidos limites, possibilidades e desafios da prática jurídica aplicada ao Direito Coletivo, considerando temas relevantes que vão desde os conflitos envolvendo a proteção coletiva de dados pessoais até o enfrentamento de grandes esquemas de corrupção e desastres ambientais, em sintonia com as jurisprudências de nossos tribunais superiores. Você vai adquirir conhecimentos que o habilitarão a uma atuação mais crítica e consequente na resolução das novas modalidades de conflitos interpessoais resultantes da evolução da sociedade contemporânea.

DISCIPLINAS

MÓDULO I – DIREITO MATERIAL COLETIVO

- Fundamentos do Direito Coletivo
- Direito do Consumidor
- Defesa do Patrimônio Público
- Defesa do Patrimônio Cultural
- Direito da Criança e do Adolescente
- Direito Ambiental
- Direito Urbanístico
- Direito à Saúde
- Direito à Educação
- Direito do Idoso
- Direito das Pessoas com Deficiência
- Direitos dos Grupos Sociais Vulneráveis
- Direito à Proteção dos Dados Pessoais
- Tutela Penal dos Interesses Difusos e Coletivos



MÓDULO II – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

- Teoria Geral do Processo Coletivo
- Instrumentos extrajudiciais de tutela coletiva
- Instrumentos do processo coletivo:
 - a) Ação civil pública
 - b) Ação popular
 - c) Mandado de segurança coletivo
 - d) Mandado de injunção coletivo
 - e) Habeas Corpus coletivo
 - f) Ação de improbidade administrativa e acordo de não persecução cível
 - g) Ação de responsabilização por atos lesivos à Administração Pública
- Temas avançados em processo coletivo
- Prática processual
- Técnicas de negociação no processo coletivo

AULA OPCIONAL

Metodologia da Pesquisa em Direito e orientações sobre elaboração de TCC



VOCÊ VAI APRENDER COM PROFESSORES RECONHECIDOS NACIONALMENTE

Corpo docente de alto nível, com professores formados nas principais instituições de ensino do Brasil e do mundo, todos com larga experiência na atividade acadêmica e na prática forense. Aprenda com quem alcançou o topo da carreira e lidera os debates jurídicos sobre os interesses difusos e coletivos no Brasil.

COORDENAÇÃO / PROFESSORES



COORDENADOR

LANDOLFO ANDRADE

Mestre em Interesses Difusos e Coletivos pela PUC/SP. Especialista em Direito Privado pela Escola Paulista da Magistratura. Professor de Interesses Difusos e Coletivos na Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo e no curso G7 Jurídico. Promotor de Justiça em São Paulo (também foi promotor de justiça em Minas Gerais).



PROFESSOR

ADRIANO ANDRADE

Promotor de Justiça em São Paulo. Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direitos Difusos e Coletivos. Especialista em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).



PROFESSOR

AMÉRICO RIBEIRO MAGRO

Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Advogado.



PROFESSOR

ANTÔNIO DO PASSO CABRAL

Professor Doutor de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aprovado em 1º lugar em concurso de provas e títulos, lecionando na graduação, mestrado e doutorado. Livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP).



PROFESSORA

BÁRBARA BRASIL

Procuradora Municipal. Professora do curso G7 Jurídico. Especialista em Direito Público pela ANAMAGES (Associação Nacional dos Magistrados Estaduais).



PROFESSOR

CLEBER MASSON

Doutor e mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Professor de Direito Penal na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e no G7 Jurídicos. Promotor de Justiça em São Paulo.





PROFESSOR

EMERSON GARCIA

Pós-doutorando, Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa e em Education Law and Policy pela European Association for Education Law and Policy (Antuérpia - Bélgica). Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Diretor da Revista de Direito e Consultor Jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça. Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).



PROFESSOR

ERNANI DE MENEZES VILHENA JUNIOR

Promotor de Justiça em São Paulo. Assessor da Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica (2020). Assessor do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social (2016-2019). Membro colaborador da Corregedoria Nacional (2015-2017). Integrante do Projeto Especial Tutela Coletiva da Procuradoria Geral de Justiça – Área do Patrimônio Público (2011-2019). Especialista em Direito Constitucional (2008).



PROFESSOR

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

Doutor e mestre em Direito Processual pela USP (FD-USP). Professor doutor de Direito Processual Civil e Arbitragem da USP (FDRP-USP) e do G7 Jurídico. Juiz de Direito no Estado de São Paulo.



PROFESSOR

GABRIEL LINO DE PAULA PIRES

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Possui pós-graduação lato sensu em Direito Civil e Direito Processual Civil pelas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente e graduação em Direito pela mesma instituição (2002). Promotor de Justiça no Estado de São Paulo e professor no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.



PROFESSOR

GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA

Pós-doutor pela Syracuse University, New York, Estados Unidos, onde realizou pesquisa como professor visitante na condição de bolsista Capes em estágio sênior. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Graduado em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (1992).



PROFESSOR

HENDERSON FURST

Doutor em direito pela PUC-SP. Doutor e mestre em bioética pelo CUSC. Professor de direito constitucional da puccamp. Professor de bioética da FICSAE/Hospital Israelita Albert Einstein Presidente da Comissão Especial de Bioética da OAB Nacional Editor científico do Grupo Editorial Nacional. Foi listado como um dos 100 principais editores da história do livro no Brasil.





PROFESSOR

HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER

Promotor de Justiça em Santa Catarina. Doutor e Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Processo Penal e Direito Administrativo. Professor da Escola do MPSC e da Escola da Magistratura do Paraná.



PROFESSOR

HERMES ZANETI JUNIOR

Possui Pós-Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Torino (2014); Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), área de concentração Direito Processual; Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre (2014), área de concentração Teoria do Direito; Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração em Direito Processual (2000); Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997). Atualmente é professor adjunto dos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



PROFESSOR

LANDOLFO ANDRADE

Promotor de Justiça em São Paulo (também foi promotor de justiça em Minas Gerais). Mestre em Interesses Difusos e Coletivos pela PUC/SP. Especialista em Direito Privado pela Escola Paulista da Magistratura. Professor de Interesses Difusos e Coletivos na Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo e no curso G7 Jurídico.



PROFESSOR

LAURO GOMES RIBEIRO

Mestre em Direito das Relações Sociais e Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e do Curso Preparatório G7 Jurídico. Procurador de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo



PROFESSOR

MARCELO ZENKNER

Sócio do Escritório TozziniFreire Advogados - SP (co-líder da área de Direito Administrativo, co-head do Grupo Regulatório e membro da área de Compliance). Ex-Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras. Ex-Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo. Ex-Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo. Sócio-fundador do Instituto IGIDO. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV - Faculdade de Direito de Vitória e Doutor em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Membro do Conselho Consultivo de Ações Coletivas da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU. Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça - CNJ para o desenvolvimento de sistemas de integridade e compliance no âmbito do Poder Judiciário. Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para o desenvolvimento de sistemas de integridade e compliance no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) nos cursos de graduação e pós-graduação.



PROFESSOR

MARCIO FRIGGI

Promotor de Justiça em São Paulo. Atuou no Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) entre 2010 e 2013, exercendo as funções de Coordenador Estadual (Secretário-Executivo do GAECO) em 2015. Mestre em Direito Penal e Doutorando em Direito Processual Penal pela PUC/SP. Extensão universitária em Direito Penal e Processual Penal pela Georg-August Universität, Göttingen, Alemanha. Professor de Direito Penal dos programas de graduação e pós-graduação da PUC/SP.





PROFESSOR

MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA

Possui graduação em Direito pela Faculdade Vianna Júnior (1999). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Gama Filho (2006). Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Facultad del Museo Social Argentino - Buenos Aires (2017). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais desde 2001. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Membro do International Council of Monuments an Sites - ICOMOS. Membro da Academia de Letras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.



PROFESSORA

MEILYNG LEONE OLIVEIRA

Doutora em Direito (com bolsa CAPES), Mestre em Direito, ambos pela Universidade Católica de Santos. Advogada. Pedagoga, especialista em Gestão Escolar. Possui graduação em Direito pela Universidade Paulista (2005), com segunda graduação em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2009). Coordenadora da Universidade Mackenzie, polo Santos.



PROFESSOR

RAFEL DE OLIVEIRA COSTA

Visiting Scholar na Universidade da Califórnia-Berkeley. Professor Visitante na Wayne State University. Professor na Escola Superior do Ministério Público, no Programa de Mestrado da UNIFIEO e na UNIP. Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Promotor de Justiça no Estado de São Paulo.



PROFESSORA

RENATO BRASILEIRO DE LIMA

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Ciências Penais pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais (FESMPMG). Já atuou como Defensor Público da União, professor substituto da Universidade Federal de Juiz de Fora e professor de Processo Penal de outros cursos preparatórios. Atualmente, Renato Brasileiro é Promotor da Justiça Militar da União na cidade de São Paulo, autor de diversas obras jurídicas importantes para a área e professor de Processo Penal e Legislação Criminal Especial no G7 JURÍDICO.



PROFESSOR

RICARDO DE BARROS LEONEL

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor associado da Faculdade de Direito da USP e Promotor de Justiça em São Paulo.



PROFESSORA

VANESSA FERRARI

Juíza de Direito no TJSP. Professora de Direito Ambiental do curso G7 Jurídico.

MATRICULE-SE



COMO VOCÊ VAI APRENDER?

Metodologia de ensino exclusiva para você! Com a Escola de Direito Coletivo, você terá uma experiência de aprendizagem interativa e contínua:



- **Interação e cooperação:** a carga horária de 360h será dividida em videoaulas, trabalhos para avaliação de conhecimento (on-line), leituras recomendadas e aulas ao vivo. Nas aulas ao vivo, você poderá conversar e tirar dúvidas em tempo real com seu professor. O curso também oferecerá um canal de dúvidas integrado às aulas, por meio do qual os alunos poderão esclarecer dúvidas relacionadas ao conteúdo do curso com o professor tutor.
- **Horários Flexíveis:** não conseguiu participar da aula ao vivo? Sem problemas! As aulas do curso são gravadas e ficam disponíveis em nossa plataforma de ensino até o final do curso.
- **Plataforma de ensino:** utilizamos o Ensino Conectado, uma plataforma confiável, moderna e intuitiva. Acesso em qualquer dispositivo: O curso pode ser acessado em qualquer dispositivo (computador, *tablet* ou *smartphone*), a qualquer hora e em qualquer lugar. Estude no seu tempo!
- **Aplicativo personalizado:** você pode fazer o download do aplicativo da Escola de Direito Coletivo na *App Store* ou *Google Play*. Com essa ferramenta, além de ter acesso ao conteúdo do curso quando e onde quiser, você pode baixar os vídeos das aulas e continuar assistindo, mesmo off-line.
- **Aprendizagem baseada em problemas:** nas aulas, além da abordagem dos aspectos teóricos de cada tema, os professores apresentarão o conteúdo a partir de casos jurídicos e problemas reais.
- **Material de apoio em PDF:** além das aulas expositivas, o curso contará com a disponibilização de textos referentes a cada aula on-line ministrada.

MATRICULE-SE



TEMOS UMA EQUIPE EXCLUSIVA DEDICADA AO SEU SUCESSO!



Na Escola de Direito Coletivo, temos uma **Equipe dedicada ao sucesso do Aluno**, com profissionais que vão auxiliar você a ter a melhor experiência de aprendizado e crescimento profissional durante a pós-graduação.

Durante a sua trajetória, a equipe estará sempre próxima para:

- Acompanhar o seu desempenho durante o curso;
- Fazer um atendimento humano e personalizado;
- Avisos e lembretes sobre eventos, atividades e provas;
- Manter seu foco nos objetivos.

MATRICULE-SE



ESTRUTURA DO CURSO

A pós-graduação em Interesses Difusos e Coletivos tem um formato flexível, para atender às necessidades de profissionais com escassez de tempo.

- **Módulos:** o curso foi estruturado em 2 módulos, divididos entre dois semestres letivos. O módulo I se destina ao estudo do direito material coletivo, ao passo que o módulo II se ocupará do estudo do direito processual coletivo. As aulas do módulo seguinte somente são disponibilizadas para o aluno que for aprovado na prova (online e de múltipla escolha) sobre o módulo anterior
- **Carga horária:** a carga horária de 360h – exigida pelo MEC – será dividida em videoaulas (EaD), trabalhos para avaliação de conhecimento (online), leituras recomendadas, fóruns de discussão e videoconferências (aulas remotas ao vivo). Para os alunos que optarem pelo TCC, a carga horária será de 396h.
- **Aulas semanais:** serão liberadas duas aulas por semana, com duração de duas horas cada.
- **Aulas ao vivo:** algumas das aulas serão transmitidas ao vivo. Tais aulas serão gravadas para facilitar a revisão do conteúdo e garantir flexibilidade nos horários de acesso.
- **Metodologia:** o projeto pedagógico prevê aulas expositivas, debates, leitura de material didático das disciplinas; leitura de materiais complementares; interação no ambiente virtual e realização de avaliações a distância das disciplinas.
- **Avaliação on-line:** uma prova online de múltipla escolha ao final de cada módulo. Para todos os alunos, a nota mínima para aprovação em cada módulo é 6,0 (seis) pontos.
- **Trabalho de conclusão de curso (TCC):** o TCC é optativo, de acordo com a Resolução nº 1/2018 do MEC/CNE/CDE. Para os alunos que optarem por elaborar o trabalho de conclusão do curso (TCC), a entrega do trabalho, em formato de artigo científico, deverá ser feita até a finalização das aulas, ou seja, não haverá prazo excedente para a sua elaboração. Para o aluno que resolver não elaborar o TCC, com a aprovação final online, a emissão do certificado será feita de forma automática, no prazo de 60 dias, contado da conclusão do curso, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Coordenação.
- **Prazo de conclusão do curso:** 12 meses.
- **Avaliação final de curso:** para que o aluno seja aprovado, será exigido nota mínima de 6,0 em cada módulo, além de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no curso.
- **Certificado de pós-graduação reconhecido pelo MEC:** uma vez concluído o curso, o aluno terá direito ao certificado expedido pela UNIBR, instituição parceira da Escola de Direito Coletivo, desde que tenha sido atendido como pré-requisito a documentação exigida. O certificado será emitido em no máximo 60 dias, contado da conclusão do curso, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Coordenação. No caso dos alunos que optarem pela realização do TCC, o certificado poderá ser solicitado logo após a aprovação pelo professor-coordenador do curso.



EMENTAS DAS DISCIPLINAS

MÓDULO I – DIREITO MATERIAL COLETIVO

Disciplina

FUNDAMENTOS DO DIREITO COLETIVO

EMENTA>>>

Evolução Histórica dos Direitos Humanos: Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão); Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão); Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão); Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão); Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão); Definições e Terminologia: Interesse e Direito Subjetivo; Por que a CF/88 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos?; Interesse Público x Interesse Privado; Direito Público x Direito Privado; Interesses Transindividuais: objeto do Direito Coletivo; Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. A teoria dos litígios coletivos de Edilson Vitorelli. Litígios transindividuais de difusão global (litígios globais). Litígios transindividuais de difusão local (litígios locais). Litígios transindividuais de difusão irradiada (litígios irradiados).

Disciplina

DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA>>>

Noções introdutórias: Conceito; Origens históricas; Fundamento constitucional: A proteção do consumidor como direito fundamental; A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica; A proteção infra-constitucional do consumidor (art. 48 do ADCT); Competência legislativa concorrente –O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Influências do direito comparado; Microsistema jurídico; Lei principiológica; Normas de ordem pública e interesse social; Política nacional de relações de consumo; O diálogo das fontes; Princípios gerais do Direito do Consumidor: Princípios e cláusulas gerais: distinção; Princípios em espécie; Direitos básicos do consumidor; Campo de aplicação do CDC: A relação jurídica de consumo; Conceito de consumidor; Conceito de fornecedor; Conceito de produto; Conceito de serviço – Proteção à saúde e segurança do consumidor: Prevenção; Riscos normais e previsíveis; Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso; Periculosidade exagerada; O recall – Responsabilidade civil nas relações de consumo: Noções introdutórias; Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC; Sistemática do CDC; Teoria da qualidade; Defeito e vício: distinção; Responsabilidade pelo fato do produto; Responsabilidade pelo fato do serviço; Consumidor bystander (art. 17 do CDC); Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço – Decadência e prescrição: Sistemática do CDC; Decadência; Prescrição – Desconsideração da personalidade jurídica: Desconsideração no Código Civil; Desconsideração no CDC; Desconsideração inversa; Responsabilização societária – Práticas comerciais: Oferta; Publicidade; Práticas abusivas; Cobrança de dívidas; Bancos de dados e cadastros de consumidores – Proteção contratual. A defesa do consumidor em juízo; Considerações iniciais; Tutela individual. Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021).



Disciplina

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**EMENTA>>>**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Regramento constitucional. Regramento infraconstitucional: Lei de Improbidade Administrativa. Conceito de improbidade administrativa. A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso. Sujeitos do ato de improbidade administrativa. Elemento subjetivo da conduta ímproba. Modalidades de improbidade administrativa: Enriquecimento ilícito; Atos lesivos ao erário; Atos que atentam contra os princípios da administração pública. Sanções: previsão normativa; correspondência com os tipos de improbidade; espécies. Aplicação das sanções: juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção. Parâmetros para a aplicação das sanções. Aplicação cumulativa das sanções. Julgamento "extra petita". Concurso de condutas e conflito aparente de normas. Outras figuras de improbidade administrativa. Prescrição. LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL: campo de aplicação da Lei 12.846/2013. Bens jurídicos tutelados. Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira. Ato lesivo: elemento subjetivo e tipos legais. Responsabilização na esfera administrativa. Acordo de leniência. Programa de Integridade. Responsabilização na esfera judicial: sanções aplicáveis e diálogo com a Lei de Improbidade Administrativa.

Disciplina

DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL**EMENTA>>>**

Tutela Constitucional do Patrimônio Cultural. Natureza jurídica do Direito ao Patrimônio Cultural. Princípios informadores da tutela do patrimônio cultural. Abrangência, seleção e natureza jurídica dos bens culturais. Bens culturais em espécie. Tutela Civil do Patrimônio Cultural. Tutela Administrativa do Patrimônio Cultural.

Disciplina

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**EMENTA>>>**

A proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no plano internacional: a especificação do sujeito de direitos; a emergência da doutrina da proteção integral no Direito Internacional; a Declaração dos Direitos das Crianças de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção Americana dos Direitos Humanos; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil; Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad); a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Direito brasileiro. Sistema constitucional de proteção: a norma do art. 227 da Constituição Federal; princípios constitucionais do direito da criança e do adolescente; a inimputabilidade dos menores de dezoito anos. Os principais direitos humanos garantidos às crianças e aos adolescentes no Direito brasileiro: dos direitos à vida e à saúde; dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade; do direito à convivência familiar e comunitária; dos direitos à educação, à



cultura, ao esporte e ao lazer; dos direitos à profissionalização e à proteção no trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): concepção, estrutura, e princípios fundamentais. Da prevenção. Da Política de atendimento: articulação, linhas de ação e entidades de atendimento. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: natureza jurídica; atribuições; formulação e fiscalização das políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes; caráter vinculante das deliberações dos Conselhos de Direitos da Criança e do adolescente; registro e inscrição dos programas das entidades de atendimento. Fundos Nacional, Estaduais e municipais vinculados aos Conselhos de Direitos. Das medidas de proteção. Acolhimento familiar e institucional. O Plano Individual de Atendimento. Excepcionalidade da quebra da convivência familiar. Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis. Conselho Tutelar. Ministério Público.

Disciplina**DIREITO AMBIENTAL****EMENTA >>>**

Concepções éticas sobre a questão ambiental. O movimento ambientalista no Brasil e no mundo. A crise ambiental e o Direito. Fundamentos do direito ambiental. Definição e abrangência. Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito). Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas). Princípios setoriais do Direito Ambiental. A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental. Princípios em espécie. A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais). Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA. Formas de instituição da reserva legal. Outros temas relevantes no Código Florestal. O Cadastro Ambiental Rural (CAR). As áreas rurais consolidadas. As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental. O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris. Regulação jurídica de atividades de risco. Agrotóxicos. Mineração. Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente. Independência relativa entre as instâncias. Responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa. Responsabilidade penal.

Disciplina**DIREITO URBANÍSTICO****EMENTA >>>**

A Ordem Urbanística na Constituição Federal. Direito de moradia. Princípios e objetivos da política urbana. Função social da propriedade e da posse. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Direito à cidade sustentável. Gestão democrática. Conflitos coletivos pela posse da terra rural e urbana. Parcelamento do solo urbano. Regularização fundiária. Programas habitacionais de inclusão. Habitação de Interesse Social. Imposições e restrições urbanísticas. Saneamento básico. Acessibilidade e mobilidade urbanas. Poluição visual.



Disciplina

DIREITO À SAÚDE**EMENTA>>>**

Conceito de saúde. Sistema normativo de proteção à saúde no plano internacional. Sistema normativo de proteção à saúde no plano constitucional. Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde. Sistema normativo infraconstitucional. Sistema Único de Saúde – SUS. Normas operacionais e Pacto pela Saúde. Programação Pactuada entre gestores. Política Nacional de Medicamentos. Regulação assistencial: Vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. Covid -19. Judicialização da saúde. Saúde complementar e saúde suplementar. Saúde mental. Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública. Papel da família, do Estado e da sociedade. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos.

Disciplina

DIREITO À EDUCAÇÃO**EMENTA>>>**

Educação na sociedade moderna. Conceito e natureza jurídica. Educação, ensino e escola. O sistema normativo no plano internacional. O sistema normativo no plano nacional. Constituição Federal de 1988. Síntese da educação na CF/1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996. Plano Nacional de Educação – PNE. Estrutura educacional. Educação básica. Ensino superior. Sistemas de ensino. A repartição de competências e financiamento da educação. Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/1988). Bullying. Desescolarização (unschooling) e Educação domiciliar (homeschooling).

Disciplina

DIREITO DO IDOSO**EMENTA>>>**

Conceito de pessoa idosa. O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional. âmbito nacional: Constituição Federal. Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003. Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI. Lei principiológica. Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994. Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso. Direitos básicos da pessoa idosa. Incidência das medidas de proteção. Especial obrigação da família. Medidas protetivas em espécie. Política de atendimento ao idoso. Direito à convivência familiar e comunitária. Entidades de atendimento à pessoa idosa. Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. Fiscalização nas entidades de atendimento. Das infrações e sanções administrativas previstas no EI.

Disciplina

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**EMENTA>>>**

A sociedade moderna e a pessoa com deficiência. Conceito de pessoa com deficiência – PCD. Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas? Terminologia



correta. O Sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional. O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional. Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema. O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU). O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI. Breve histórico e novidades introduzidas. Lei principiológica. Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI. Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência. Diálogo “das fontes” e “das Cortes”. Controle de convencionalidade. Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI. Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI. Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Auxílio-inclusão. Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional. Direitos básicos da pessoa com deficiência.

Disciplina

DIREITOS DOS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

EMENTA>>>

Negros, direitos raciais e quilombolas: fundamentos constitucionais, convencionais (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância) e legais (Lei Nº 12.288/2010). Povos indígenas e originários: fundamentos constitucionais, convencionais (Convenção Nº 169/1989 da OIT E Declaração Universal de Direitos dos Povos Indígenas) e legais (Lei Nº 6.001/1973). LGBTQIA+: fundamentos constitucionais, convencionais e legais. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua.

Disciplina

DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

EMENTA>>>

Conceito de dados pessoais. Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados. Metadados. Vigência da LGPD: cenários pré e pós-pandemia. A Extraterritorialidade da LGPD: diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e comparativo com a General Data Protection Regulation (GDPR) . Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e da minimização de dados. Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados. O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral. O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública. A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017). O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimento CNJ Nº 74/2018 e novas normas de serviço. As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: pontos de inconstitucionalidade e esvaziamento de funções.



Disciplina

TUTELA PENAL DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

EMENTA>>>

A necessidade de uma nova concepção sobre a tutela penal material à luz dos direitos ou interesses coletivos. Tutela penal dos direitos ou interesses coletivos em sentido amplo. Direito Penal Coletivo na experiência estrangeira. Visão Geral das infrações penais contra bens jurídicos coletivos no Sistema brasileiro. Desafios na tutela penal coletiva dos direitos ou interesses coletivos amplamente considerados no Brasil. Tutela penal do Meio Ambiente. Tutela penal do Direito Urbanístico. Tutela penal do Patrimônio Cultural. Tutela Penal do Direito do Consumidor.

MÓDULO II – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Disciplina

TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO

EMENTA>>>

Antecedentes remotos do processo coletivo. As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX. Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socioeconômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa. Evolução histórica do processo coletivo no Brasil. A influência das Class Actions. Classificação do processo coletivo. Princípios do processo coletivo.

Disciplina

INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE TUTELA COLETIVA

EMENTA>>>

Notícia de fato. Procedimento Preparatório de Inquérito Civil. Inquérito Civil. Recomendações. Audiências Públicas. Compromisso de ajustamento de conduta.

Disciplina

INSTRUMENTOS DO PROCESSO COLETIVO

EMENTA>>>

Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Coletivo. Habeas Corpus coletivo. Ação de improbidade administrativa. Acordo de não persecução cível. Ação de responsabilização por atos lesivos à Administração Pública.



Disciplina

TEMAS AVANÇADOS EM PROCESSO COLETIVO

EMENTA >>>

Tutela Coletiva dos Dados Pessoais. Processo estrutural. Controle jurisdicional de políticas públicas. Convenções processuais. Controle de constitucionalidade em sede de ação civil pública. Controle de convencionalidade em sede de ação civil pública. Processo Penal Coletivo.

Disciplina

PRÁTICA PROCESSUAL

EMENTA >>>

Elaboração das principais peças da atuação extrajudicial do Ministério Público. Elaboração das principais peças processuais utilizadas pelo Ministério Público, pela Advocacia Pública e pela Defensoria Pública para a defesa de bens jurídicos coletivos: petição inicial de ação civil pública; petição inicial de ação de improbidade administrativa; contestação da Fazenda Pública em ação civil pública; memoriais escritos em ação civil pública; razões e contrarrazões dos recursos de agravo de instrumento e apelação em ação civil pública.

Disciplina

TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO NO PROCESSO COLETIVO

EMENTA >>>

O Movimento de Acesso à Justiça no Brasil. Mecanismos Autocompositivos. Potencialidades e limites da negociação na tutela dos direitos coletivos. Técnicas de negociação: confiança e reputação; criação de valor; análise de decisão; planejamento estratégico.

INVESTIMENTO

Somente até 31 de novembro de 2021

À vista: **R\$ 3.690,00 >>>**
(no boleto ou no cartão de crédito)

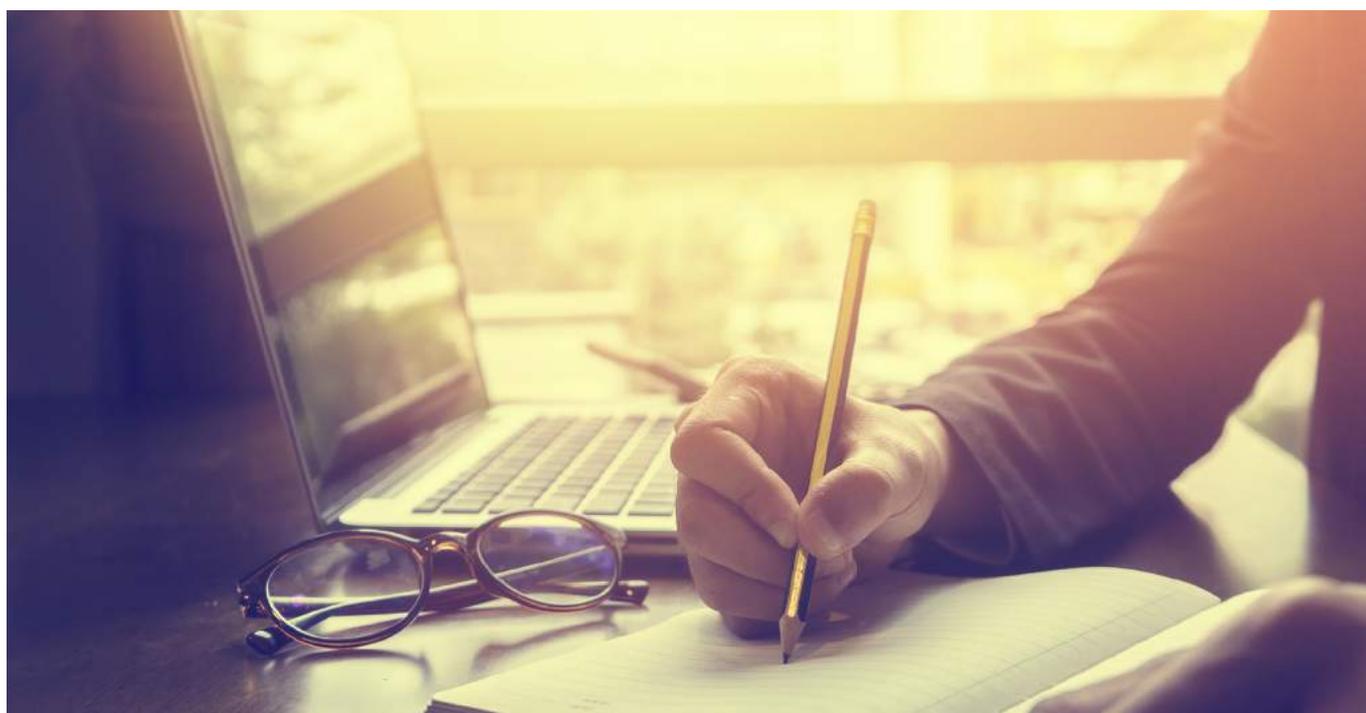
Parcelado: **R\$ 3.900,00 >>>**
(em até 12x no cartão de crédito)

Até 17 de março de 2022

À vista: **R\$ 4.015,00 >>>**
(no boleto ou no cartão de crédito)

Parcelado: **R\$ 4.225,00 >>>**
(em até 12x no cartão de crédito)

MATRICULE-SE



www.escoladedireitocoletivo.com.br



  [escoladedireitocoletivo](#)

MATRICULE-SE